

ANEXO 8A

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Nos termos do artigo 115º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, convida-se esta Empresa a apresentar proposta para o fornecimento do equipamento móvel identificado no caderno de encargos.

ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A entidade adjudicante é o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo com sede na Rua Padre Manuel José de Oliveira, n.º 65, na união de freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, concelho de Oliveira de Azeméis, telefone 256 601 103 e fax nº 256 393 112, e email cscr.pindelo@sapo.pt, competindo a decisão de contratar à direcção da instituição nos precisos termos estatutários.

PROPOSTA / DOCUMENTOS QUE A INTEGRAM E MODO DE APRESENTAÇÃO

O prazo para apresentação da proposta é de 5 dias seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite.

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme documento que se junta;

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, esta declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respectivos representantes;

b) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

c) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando este preço resulte, directa ou indirectamente, das peças do procedimento;



d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão dos atributos da proposta.

A proposta e os documentos que a acompanham devem de ser redigidas em Língua Portuguesa, encerrada em invólucro opaco e fechado no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante e deve ser entregue directamente ou enviada por correio registado, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Não são admitidas propostas variantes e os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.

Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

O prazo de validade das propostas é de 30 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação, sendo a adjudicação feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa. (1)

CAUÇÃO

No caso do preço contratual ser superior a € 200.000,00 é exigida a prestação de uma caução de valor correspondente a 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração.

A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme documento que se junta.

O depósito em dinheiro ou títulos é efectuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo, devendo ser especificado o fim a que se destina.

Quando o depósito for efectuado em títulos, estes são avaliados pelo respectivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.

Se a caução for prestada mediante garantia bancária, o adjudicatário deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

A caução pode ser substituída por um seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respectivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em estado membro da união Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respectivamente.

Tratando-se de seguro-caução é exigida a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

OBJECTO

O presente procedimento tem por objecto o fornecimento do equipamento móvel a seguir descrito no Mapa de Especificações, em anexo.

PRAZO DE FORNECIMENTO

O prazo máximo de fornecimento é de 15 dias após adjudicação.

PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo cumprimento fornecimento do equipamento adjudicado, deve a entidade adjudicante pagar ao fornecedor a quantia pecuniária total até 12.000,00€, acrescida do IVA à taxa legal em vigor.

Em regra os pagamentos são efetuados a pronto.

Em tudo o que for omissa no presente convite, é aplicável o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Data 14/01/2016



O Presidente da Direção

António José Santos

ANEXOS:

Declaração de aceitação do conteúdo do convite
Mapa de especificações

NOTAS EXPLICATIVAS

(1) A adjudicação é feita segundo o critério do “mais baixo preço” ou da “proposta economicamente mais vantajosa”.

Caso se opte pelo critério da “proposta economicamente mais vantajosa”, devem ser definidos os factores e eventuais sub-factores que o densificam, para o que, desde já, indicamos, a título exemplificativo o seguinte modelo:

“O critério de apreciação a estabelecer deverá ser o da proposta economicamente mais vantajosa, sendo as propostas analisadas com base nos seguintes factores, por ordem decrescente de importância:

- Preço – 60%
- Valia técnica da proposta – 40%

Para determinação da valia técnica das propostas, serão considerados os seguintes sub factores:

- características da viatura;
- prazo de entrega;
- condições de pagamento;

As propostas dos concorrentes serão ordenadas por ordem decrescente, consoante a pontuação (T), sendo escolhida a proposta que apresentar a pontuação T mais elevada:

T é definido pelo polinómio: $T = 0,60 \times P + 0,40 \times V$

Em que,

P é a pontuação atribuída ao factor preço da proposta;

V é a pontuação atribuída ao factor «valia técnica» da proposta.

P é determinado pela seguinte fórmula: $P = 20 \times (P_{\max} - P_{\text{prop}}) / (P_{\max} - P_{\min})$

Em que:

- **P_{max}** é o preço da proposta mais alta
- **P_{min}** é o preço da proposta mais baixa
- **P_{prop}** é o preço da proposta em análise

A constante 20 resulta da escala considerada.

No factor preço, a proposta de preço mais baixo terá a pontuação máxima de 20 pontos e a proposta de preço mais alto terá a pontuação mínima de 0

V é determinado da seguinte forma: $V = pc + fe + mh + eq$

Em que:

- pc** é a pontuação atribuída ao sub-factor « caraterísticas da viatura »;
- fe** é a pontuação atribuída ao sub-factor « prazo de entrega »;
- mh** é a pontuação atribuída ao sub-factor « condições de pagamento »;
- eq** é pontuação atribuída ao sub-factor «equipamentos extra».

Na valia técnica, a escala de pontuação também é de 0 a 20.

Como são 4 sub-factores, serão pontuados separadamente de 0 a 5 e o resultado da pontuação atribuída à «valia técnica» será o somatório das pontuações dos quatro sub-factores.

Forma de pontuação dos sub-factores:


- 0 pontos – não é feita qualquer abordagem na proposta ao sub-factor correspondente;
- 1 ponto – é mencionado na proposta o sub-factor correspondente;
- 2 pontos – o sub-factor correspondente é abordado de forma genérica;
- 3 pontos – o sub-factor é abordado de forma suficiente, mas pouco justificado;
- 4 pontos – o sub-factor correspondente é abordado de forma conveniente e justificado;
- 5 pontos – o sub-factor correspondente é plenamente justificado, esclarecedor e não suscita dúvidas.

A pontuação atribuída à «valia técnica das propostas» (40%) não é alterada por esta forma de cálculo que possibilita uma melhor definição de forma de pontuação de cada sub-factor.

Anexo I

Declaração a que se refere o artigo 57º

- 1- _____, portador do bilhete de identidade nº _____, residente em _____, na qualidade de representante legal de _____ (1), pessoa colectiva número _____ com sede em _____, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução no contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste directo com convite a mais de uma entidade para a aquisição de bens móveis para apetrechamento do edifício destinada a " _____ ", declara sobre compromisso de honra que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos que junta em anexo (3):
- a) _____
 - b) _____
 - c) _____
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, declara sob compromisso de honra, que:
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou qualquer situação análoga nem tem o processo pendente;
 - b) Não foi condenado/a por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5) (6);
 - c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção nem foi disciplinarmente punido/a por falta grave em matéria profissional (8) (9);



- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei nº18/2003, de 11 de Junho, e no nº1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b), do nº 1 do artigo 627º do Código de Trabalho (13);
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado (a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenado (a)s por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em actividade de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho, de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3ª da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção de Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação, elaboração das peças do procedimento.



5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar com candidato, concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.


6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do nº 4 desta declaração;

7 - O declarante tem pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data e assinatura. **(18)**

_____, _____ de _____ de 2016

Assinatura



NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) Só aplicável a concorrentes pessoas colectivas.
- (2) No caso de concorrente pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Numerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.º 2 e 3 do artigo 57.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva
- (18) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57º